



Da senzala ao enfrentamento: Joaquim Alves de Oliveira e as contraditórias dinâmicas históricas que antecederam as atividades impressas em Goiás¹

Rosana Maria Ribeiro BORGES²

Marialva Carlos BARBOSA³

Resumo:

O texto debate as dinâmicas históricas e as contradições que antecederam o início das atividades do jornalismo impresso em Goiás, com foco nas atividades mercantis e escravagistas do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, dono do *Engenho de São Joaquim* e da *Tipographya D'Oliveira*, empreendimento que imprimiu *A Matutina Meiapontense*, primeiro periódico de Goiás e do Centro Oeste. O principal objetivo é romper com silenciamentos acerca da contraditória trajetória deste goiano cujo legado cultural contrasta com práticas dissonantes com os ideais iluministas que ele próprio defendia. De abordagem qualitativa, o estudo ancorou-se no levantamento bibliográfico e na pesquisa documental como principais instrumentos metodológicos, enquanto as considerações finais questionam inúmeras imagens atribuídas ao Comendador.

Palavras-chave: História da Imprensa Goiana. Joaquim Alves de Oliveira. Escravização em Goiás no Século XIX. Engenho de São Joaquim. *A Matutina Meiapontense*.

From the slave to the confrontation: the contradictory historical dynamics that preceded the activities printed in Goiás

Abstract:

The text discusses the historical dynamics and the contradictions that preceded the beginning of journalism activities in Goiás, focusing on the mercantile and slave trade activities of Comendador Joaquim Alves de Oliveira, owner of the Engenho de São Joaquim and Tipographya D'Oliveira, printed the *A Matutina Meiapontense*, first periodical of Goiás and of the Center West. The main objective is to break with silencers about the contradictory trajectory of this goian whose cultural legacy contrasts with practices dissonant with the illuminist ideals that he himself defended. From a qualitative approach, the study was anchored in bibliographical research and documentary research as main methodological instruments, while the final considerations question numerous images attributed to the Comendador.

Keywords: History of the Goiás Press. Joaquim Alves de Oliveira. Enslavement in Goiás in the 19th Century. Engenho de São Joaquim. *A Matutina Meiapontense* newspaper.

¹ Trabalho inicialmente apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado em Goiânia (GO), de 22 a 24 de maio de 2019, com revisão e ampliação posterior.

² Pós-doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ); Doutora em Geografia (UFG); Mestra em Educação Brasileira (UFG); Bacharel em Comunicação Social (UFG). Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFG). *E-mail:* rosana_borges@ufg.br.

³ Pós-doutora (CNRS-França); Doutora em História (UFF); Mestra em História (UFF); Bacharel em Comunicação Social (UFF); Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFRJ). *E-mail:* marialva153@gmail.com.





De los barrios de esclavos al enfrentamiento: la dinámica histórica contradictoria que precedió a las actividades impresas en Goiás

Resumen:

El texto analiza la dinámica histórica y las contradicciones que precedieron al inicio de las actividades del periodismo impreso en Goiás, con un enfoque en las actividades comerciales y esclavistas del comandante Joaquim Alves de Oliveira, propietario de Engenho de São Joaquim y Tipographya D'Oliveira, empresa que imprimió *A Matutina Meiapontense*, el primer periódico de Goiás y el Medio Oeste. El objetivo principal es romper con los silencios sobre la trayectoria contradictoria de este goiano cuyo legado cultural contrasta con prácticas que no se corresponden con los ideales de la Ilustración que él mismo defendió. Con un enfoque cualitativo, el estudio se ancló en el relevamiento bibliográfico y la investigación documental como principales instrumentos metodológicos, mientras que las consideraciones finales cuestionan numerosas imágenes atribuidas al Comandante.

Palabras clave: Historia de la Prensa de Goiás. Joaquim Alves de Oliveira. Esclavitud en Goiás en el siglo XIX. Engenho de São Joaquim. La mañana de medio día.

Considerações iniciais

O momento axial⁴ da imprensa goiana e do Centro-oeste brasileiro pode ser apontado em 1830, quando o Comendador Joaquim Alves de Oliveira implementou uma tipografia no interior da então Província de Goyaz e deu início ao jornal *A Matutina Meiapontense*. Apontado como o “pai” da imprensa de Goiás, o Comendador foi um homem contraditório, assim como é paradoxal o que se diz a seu respeito em biografias e publicações da área. O antigo hábito de copiar ou repetir informações constantes nos primeiros estudos sobre os processos históricos que instituíram a imprensa periódica em Goiás também influenciou os discursos acerca da trajetória de vida de Joaquim Alves de Oliveira, visto que esses nem sempre compõem narrativas que estão em acordo com a sua própria dinâmica existencial e com as contradições do seu tempo vivido. E é justamente por isso, e pelo compromisso com o avanço do conhecimento científico, que o presente texto, que integra uma pesquisa mais abrangente⁵, se justifica.

O corpo teórico e metodológico deste estudo encontra-se fincado na História Cultural da imprensa brasileira e goiana, tendo em vista que foi estruturado no conjunto das produções do *Grupo de Pesquisa História da Comunicação em Goiás*⁶. Portanto, um dos principais pressupostos indica a perspectiva de que os veículos jornalísticos são lugares de guardar

⁴ Ricoeur (2010) pontua como axial o momento fundador que ultrapassa as correlações do tempo físico, já que a sua marcação também contém significados psicológicos, ou seja, é um duplo esteio que configura o calendário no tempo crônico, composto pelo tempo físico e pelo tempo psicológico.

⁵ Trata-se de uma pesquisa focada na História Cultural da imprensa goiana no século XIX, desenvolvida pelas autoras.

⁶ Cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e certificado pela Universidade Federal de Goiás (UFG). *Link* para acesso: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9894177026176850.



memórias capazes de, tal como pontuam Certeau (1982) e Barbosa (2004), exorcizar a morte e trazer vida ao presente a partir de operações historiográficas que reconstróem diálogos com fontes históricas, ditos, não ditos, silenciamentos e pessoas públicas ou anônimas. Portanto, não foi intenção repetir o que há mais de dois séculos tem sido narrado acerca da biografia do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, tampouco desmerecer a sua importância social, econômica e cultural ou mesmo empreender análises com chaves de leitura atuais sem considerar o tempo histórico, que é uma das categorias centrais do próprio fazer histórico.

Com uma abordagem qualitativa, o estudo utilizou a Análise Cultural como método e o Levantamento Bibliográfico, a Pesquisa Documental e a Análise de Narrativas como principais instrumentos de coleta e tratamento dos dados. A opção pela Análise Cultural justifica-se diante da dimensão da investigação proposta, contextualizada no viver expressado e registrado pelo conjunto de uma organização social, tal como pontua Williams (2003). Noutros termos, compreende-se que a Análise Cultural é um método que guia interpretações descortinadoras de valores específicos e experiências de sujeitos porque possibilita abordagens conjunturais, políticas e articuladoras da produção e do consumo cultural, que, além do caráter histórico, erige em redes, inclusive de significação.

Stumpf (2005) conceitua o Levantamento Bibliográfico como o processo que identifica informações e seleciona documentos referentes ao tema estudado. Nesta pesquisa, este instrumento foi fundamental, tanto para o aprofundamento da perspectiva teórico-metodológica, quanto para o acesso às fontes bibliográficas e documentais que dizem respeito à História da Imprensa goiana ou que estão localizadas no século XIX, como é o caso dos relatórios dos expedicionários que leram e registraram Goiás. Já a Pesquisa Documental, definida por Moreira (2005, p. 271) como “[...] a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”, é aqui entendida enquanto um recurso da construção historiográfica, pois permeou praticamente todo o processo de sistematização e análise dos dados.

O agrupamento dos produtos bibliográficos e documentais elencados foi analisado à luz da Análise de Narrativas, instrumento metodológico contíguo ao campo dos Estudos Culturais. Motta (2007) pontua que a Análise de Narrativas é, ao mesmo tempo, um campo e um método de estudo das práticas culturais que contribui para ordenar o sequenciamento do tempo histórico, ou seja, passado, presente e futuro por meio de interpretações de saberes objetivos e subjetivos construídos socialmente.



Em síntese, com alicerce em fontes documentais que, em sua maioria, são datadas no século XIX, bem como em obras de referência sobre a História de Goiás, esperou-se contribuir com o alargamento de olhares sobre o homem que esteve à frente do início das atividades impressas e jornalísticas em Goiás e no Centro-Oeste: o Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Todavia, os holofotes estão mirados nas contradições dos processos históricos edificados, o que inclui inúmeros silenciamentos das atividades mercantis tocadas por Joaquim Alves de Oliveira, cujo desfecho impactou tanto na centralidade econômica e simbólica do povoado de Meia Ponte (hoje Pirenópolis) no início do século XIX, quanto nas atividades impressas e jornalísticas que ali foram empreendidas de 1830 a 1834.

Joaquim Alves de Oliveira: o órfão que se tornou o homem mais rico da Província de Goyaz no início do século XIX

Joaquim Alves de Oliveira nasceu em 18 de agosto de 1770 na Vila de Pilar (atual Jaraguá), na então Capitania de Goyaz. Aos nove anos de idade, com a morte dos pais que por ele foram declarados em seu testamento⁷, seu irmão primogênito Manoel Alves de Oliveira passou a ter responsabilidades sobre a sua guarda (FRANCO, 1978; JAYME, 1943). Ainda segundo Franco (1978) e Jayme (1943), como o irmão não dispunha de recursos para arcar com as despesas referentes à sua educação, entregou-o ao padre jesuíta Antônio de Azevedo Batista. Em 1792, acompanhado do seu irmão, Joaquim Alves de Oliveira foi para o Rio de Janeiro a fim de seguir carreira eclesiástica, mas, por falta de vagas, não conseguiu ser admitido como fâmulos do Bispo Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco. Na metrópole provincial, aos 22 anos de idade, o futuro Comendador começou a prestar serviços de caixeiro e logo se tornou um comerciante (FRANCO, 1978; JAYME, 1943). De acordo com Jayme (1943), isso ocorreu depois que ele transformou três patacas que lhe foram emprestadas por um colega do ramo em 800\$00 (oitocentos réis). Logo depois, quando surgiu a vaga no Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, já havia desistido da vida eclesiástica para se dedicar às atividades mercantis (JAYME, 1943).

Jayme (1943) assegura também que em 1795, aos 25 anos de idade, com o capital que possuía, Joaquim Alves de Oliveira adquiriu diversas mercadorias e retornou para Goiás em caravanas muladeiras, que deveriam ser odisséicas, dadas as condições dos caminhos – embriões de estradas – daquela época. Entre 1796 e 1802, o futuro Comendador tocou três caravanas ao Rio de Janeiro, a fim de estreitar relações com “opulentas firmas comerciais da

⁷ Em seu testamento, Joaquim Alves de Oliveira declarou que era filho de Domingos Alves de Campos e Páscoa Pinto de Oliveira (JAYME, 1943).



metrópole brasileira” (JAYME, 1943, p. 33), pagando as compras sempre em dinheiro e à vista.

Mas foi aos trinta anos de idade, no ano de 1800, que Joaquim Alves de Oliveira iniciou a atividade comercial que, ao menos no que concerne ao que se tem registrado, mais lhe rendeu lucratividade e prestígio, a agricultura: “[...] entre este ano e o de 1805, construiu, em sua grande propriedade agrícola, a que deu o nome de ‘Engenho de S. Joaquim’ [...] a maior casa, no gênero, e o maior engenho de cana da Capitania” (JAYME, 1943, p. 33, grifos do autor).

Em pouco tempo, o *Engenho de São Joaquim*⁸, que produzia principalmente algodão, aguardente e cana-de-açúcar, adquiriu importância econômica e social no mercado local, regional, nacional e internacional, estabelecendo uma lucrativa rede de comércio interprovincial com diversos centros urbanos brasileiros, tais como Salvador, Cuiabá, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como com países estrangeiros. Franco (1878) explica que a predileção do Comendador pelas atividades agrícolas e agropastoris tinha um sentido econômico correlacionado ao monopólio do ouro pela Coroa Portuguesa desde a Carta Régia de 3 de janeiro de 1735, ou seja, na mineração não havia como se obter grandes lucros.

Franco (1878, p. 62) narra ainda que o Comendador “[...] tornou a sua casa um grande empório mercantil nesta província; alli se achavam, em variado sortimento, as mercadorias importadas do estrangeiro, e todos os productos da industria nacional”. Ainda segundo o autor, “[...] com uma tropa de cem bestas arreadas entregues a escravos fiéis, transportava, anualmente, da Côrte para o sertão e vice-versa, todos os gêneros do seu commercio em constante atividade, a ponto de conseguir uma fortuna de 500 a 600 contos de réis” (FRANCO, 1878, p. 63), quantia considerada extremamente elevada para os padrões econômicos da época. Teles (1989) é outro biógrafo que sustenta que o Comendador era dono de uma fortuna inestimável e, por diversas vezes, chegou a financiar dívidas do Governo Provincial, enquanto Costa (1978, p. 45) pontua que “[...] de 1823 a 1831, Joaquim Alves fez introduzir em Goiás utilidades, ferramentas, armas, equipamentos de engenho, especiarias, vinhos, sal, fazendas e, curiosamente, caixas de chapéus em número desproporcional em relação ao todo”.

⁸ Em obras de referência, publicações científicas e *sites* sobre a História de Pirenópolis e/ou da Imprensa goiana, comumente esta propriedade é chamada de “Engenho São Joaquim”. Todavia, em documentos do Arquivo Cartorial de Família de Pirenópolis, bem como em biografias do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, tal como Franco (1878) e Jayme (1943), o nome correto é “Engenho **de** São Joaquim”, que, posteriormente, foi denominado como *Fazenda Babilônia*. Desde 26 de abril de 1965, a *Fazenda Babilônia* está sob a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com inscrição no livro de tombo nº 480, e atualmente é um significativo atrativo turístico de Pirenópolis.

Para além das relações comerciais, o *Engenho de São Joaquim* conquistou fama e notoriedade, tendo sido visitado por diversos expedicionários. Em 1818, por exemplo, o ensaísta, memorialista e pesquisador português Luís D'Alincourt e, em 1819, o botânico, naturalista e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire estiveram por lá.

Na obra *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*, D'Alincourt (2006, p. 70) diz que “[...] não se acha em toda província uma só casa, que se possa dizer de bons e sólidos fundos, a não ser a do tenente-coronel, comandante de Meia-Ponte, Joaquim Alves de Oliveira”. O pesquisador luso-brasileiro ressalta também que, em 1818, a agricultura de Meia Ponte, a mais desenvolvida da Província, era a responsável pelo abastecimento alimentício da capital goiana, além de exportar produtos para São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia por meio de tropas de negociantes de Cuiabá e de Goiás.

Dentre os alimentos produzidos, D'Alincourt (2006) arrola carne, peixe, milho, trigo, legumes, mandioca, tabaco, algodão e algum café, enquanto nos produtos manufaturados evidencia os tecidos de lã e, principalmente, de algodão. Em sua leitura, o sucesso das atividades comerciais meiapontenses ligadas ao algodão é atribuído a Joaquim Alves de Oliveira, homem “benevolente e cheio de recursos”, o “bom gênio” da agricultura e “[...] o autor do aumento deste lucroso ramo de comércio, pelos desvelos, e cuidados, que tem posto na cultura da planta, animando, e ajudando os cultivadores, e reputando bem todo o algodão daqueles que não têm meios de o exportar por sua conta” (D'ALINCOURT, 2006, p. 64).

Saint-Hilaire (1937, p. 181) assim descreve a fazenda: “[...] o mais belo estabelecimento existente na zona de Goiás que percorri. Reinavam lá uma limpeza e ordem como não vi em parte alguma”. O viajante francês também teceu variados elogios à tenacidade que Joaquim Alves de Oliveira teve ao pensar cientificamente a construção espacial e estrutural do *Engenho de São Joaquim*, bem como à sua eficiência em gerenciar o cotidiano do trabalho na propriedade, cujas atividades comerciais abriram caminhos para outros meiapontenses. Além disso, o expedicionário indicou o que era “[...] necessário fazer para arrancar à sua desgraçada província à situação de miséria em que a lançara a extração de ouro mal dirigida” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 186), feitos visionários que atribuiu ao Comendador, por ele adjetivado como um “gênio invisível” cuja conversação “[...] demonstrava grande amor à justiça e a religião, sem mesquinhasias; era um homem de grande sensatez, extrema simplicidade e de uma bondade infinita” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 186).

As percepções de D'Alincourt (2006) e de Saint-Hilaire (1937) sobre Joaquim Alves



de Oliveira são recorrentes em biografias, textos publicados em ambiente web e na literatura sobre a História da Imprensa em Goiás. Jayme (1943, p. 31-32), por exemplo, além de se referir à sua honradez, generosidade, modéstia, desprendimento, tolerância, benevolência e extraordinariedade, dentre outros adjetivos láureos, o apresenta como um homem que “[...] bem merece o culto e a veneração do povo da nossa terra [...] um dos que mais brilham na galeria dos homens célebres de Goyaz” por ter sido um grande, um “herói”, um “inimigo do ócio” e um “justo” e lembra que em Pirenópolis ainda “[...] existem monumentos e outros marcos, que assinalam a passagem e a generosidade do expoente máximo de sua história”, como a Igreja Matriz, que foi construída pelo Comendador. Já Lobo (2017) refere-se a ele como “patriota”, Teles (1989) como “idealista”, “patriota” e “herói”, enquanto a ampla maioria dos *sites* ligados à Pirenópolis reproduz as adjetivações – e até mesmo o texto – de Jayme (1943).

A repetição dos atributos pessoais de Joaquim Alves de Oliveira que é observada em registros de viajantes, biografias e diversos relatos leva a crer que ele realmente foi um homem vanguardista, trabalhador, bom, generoso, íntegro e justo para os padrões de bondade, generosidade, integridade e justiça do seu tempo histórico. Muito dedicado ao trabalho, aos princípios cristãos da família e à Igreja Católica, o Comendador era igualmente comprometido com causas coletivas, acumulando iniciativas que vão do combate a doenças infectocontagiosas em Meia Ponte à criação da primeira biblioteca da Província de Goiás, o que persistiu após a sua morte, visto que, em seu testamento, destinou consideráveis somas às instituições de caridade às quais ele era benemérito, tal como pode ser observado em Franco (1878); Jayme (1943); Teles (1989); Lobo (2017); D’Alincourt (2006) e Saint-Hilaire (1937).

Além de comerciante, Joaquim Alves de Oliveira também exerceu vários cargos públicos eletivos e por nomeação. Em Pirenópolis, foi Delegado do Governo Provincial no ano de 1836 e, antes disso, foi Juiz Ordinário, de Paz, Municipal e de Órfãos, além de ter sido Capitão, Sargento Mor de Ordenanças, Tenente-Coronel, Coronel de Milícias e Comandante de Legião. Ao exemplificar a modéstia e a honradez de Joaquim Alves de Oliveira, Jayme (1943) relembra três episódios nos quais ele renunciou ao cargo de deputado de representação nacional, à nomeação como 1º vice-presidente da Província de Goiás e à Câmara Municipal da Vila de Meia Ponte, alegando, respectivamente, que não poderia cumprir com as exigências do mandato, que estava em idade avançada e que não deixaria de ser Juiz de Paz para ser vereador.



De acordo com Jayme (1943), por defender o constitucionalismo monárquico, o Comendador recebeu diversos títulos honoríficos nacionais, tais como o Hábito de Cristo (1818), o Hábito do Cruzeiro (1825), a honraria de Moço Fidalgo da Casa Imperial (1826), a comanda Ordem de Cristo (1829) e a comanda de Cavaleiro da Ordem da Rosa (1843). Tais honrarias eram concedidas a civis e militares que se destacassem pela fidelidade ao Império ou por serviços a ele prestados mediante decreto do Imperador. Por sua simbologia e pelo *status* que adquiria quem as obtivesse, eram extremamente cobiçadas.

Figura 1 - Joaquim Alves de Oliveira



Fonte: Galli (1998, não paginado).

Para Costa (1978, p. 57), na condição de um “homem do seu tempo e do seu meio”, Joaquim Alves de Oliveira “representava um tipo de explorador e conquistador em grande estilo” que, em métodos e concepções, mais o aproximavam de um capitalista moderno do que de um senhor de engenho. Além disso, por ter empreendido diversificadas atividades, incluindo as de cunho cultural e simbólico, tais como a aquisição de instrumentos musicais colocados a serviço da sociedade meiapontense e a impressão de jornal, panfletos e livros, o Comendador também atuou como um Mecenaz de Província. E completa:

A lembrança popular reteve a imagem do Comendador Joaquim Alves de Oliveira como a do protótipo do homem esclarecido, empreendedor, cumpridor da palavra e hospitaleiro, imensamente rico, generoso, amante da justiça, cumpridor das leis e reverente para com as autoridades. Sua magnanimidade levou-o a subsidiar estudos de jovens clérigos e a amparar meninas órfãs, “salvando-as da prostituição”. Ao irmão mais velho, que contraíra o mal de Hansen, trouxe para sua companhia, dele cuidando na



doença. Possuía uma farmácia para distribuir remédios aos necessitados. Fazia donativos regulares à Igreja e distribuía esmolas aos pobres (COSTA, 1978, p. 63).

De fato, Joaquim Alves de Oliveira tem muitos méritos e certamente marcou a história do seu tempo vivido, inclusive ao possibilitar o registro de realidades e a guarda de memórias no jornal *A Matutina Meiapontense* (1830-1834)⁹. Todavia, nas principais obras que se debruçam sobre a História da Imprensa em Goiás, os autores chegam a cometer silenciamentos por cultivarem uma espécie de idolatria pelo Comendador, sempre ilustrado com os mais elevados adjetivos. Por exemplo, há um enorme hiato no que se refere ao uso de mão de obra escrava no *Engenho de São Joaquim*, bem como aos negócios ligados à importação – e até mesmo à reprodução – de pessoas humanas que eram vendidas como escravas em Goiás e no Mato Grosso. É que o Comendador exportava produtos agrícolas e manufaturados para Goiás e Mato Grosso, mas importava mercadorias e mão de obra escrava, o que o caracteriza como um negociador de produtos e de pessoas.

Vanguardista, Constitucionalista e Iluminista, porém, senhor e comerciante de centenas de escravos

Ao analisar a paisagem social do *Engenho de São Joaquim*, Souza (2011, p. 85) pontua que Joaquim Alves de Oliveira “[...] possuía a maior fortuna de Goiás na primeira metade do século XIX, tendo sido ele senhor de muitos escravos e negócios”. Portanto, ao menos nas quatro primeiras décadas do século XIX, se o Comendador foi o homem mais rico e o maior negociante de Goiás, também foi o que mais tinha escravos.

Costa (1978, p. 47) não descarta a possibilidade de Joaquim Alves de Oliveira ter no comércio de escravos uma das suas atividades mais lucrativas, já que, naquele tempo histórico, existia no Brasil a aceitação total do regime escravocrata. Além disso, “[...] as enormes distâncias que separavam Goiás do litoral e das demais províncias tornaram ainda mais caros os escravos, de onde a opção pela produção local daqueles ‘semoventes’” (COSTA, 1978, p. 47, grifo da autora). A pesquisadora registra ainda que no final da década de 1970, o proprietário da Fazenda Babilônia - que, como dito, fora em outrora o *Engenho São Joaquim* - garantiu-lhe que “ali se criavam negros para revenda, ‘o que era um bom negócio’” (COSTA, 1978, p. 47, grifo da autora).

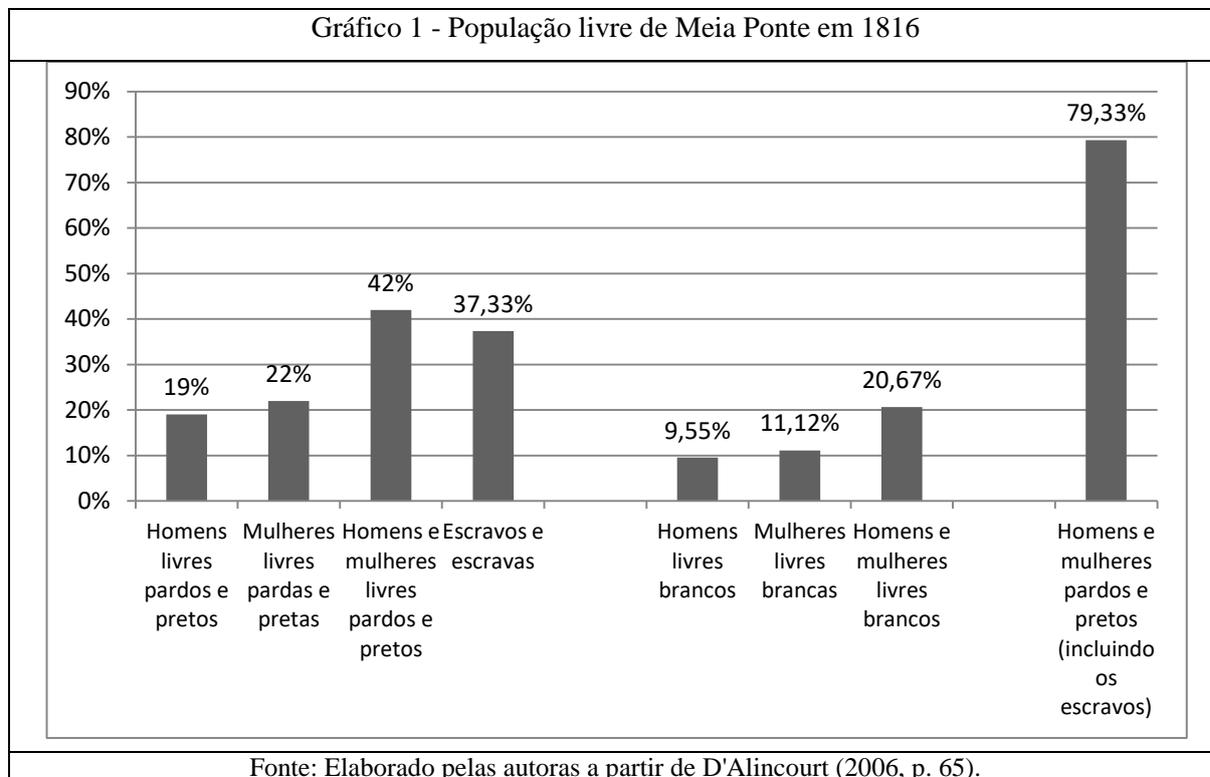
Jayme (1971) é outro estudioso de Pirenópolis e biógrafo de Joaquim Alves de Oliveira que também sustenta que a localização geográfica de Meia Ponte, entroncada entre

⁹ Primeiro periódico de Goiás e do Centro-Oeste que era impresso em Meia Ponte (GO), na *Tipographya D'Oliveira*, empreendimento de Joaquim Alves de Oliveira.



diversos caminhos, somada à forte atividade agrícola de exportação e à existência de vultosas fortunas cujo surgimento é pouco explicado, são fortes indícios de que ali também foi empreendido o comércio mais lucrativo do período colonial: o tráfico de escravos. Na obra *Esboço histórico de Pirenópolis*, Jayme (1971) diz que havia trabalho escravo nas 35 antigas fazendas que pesquisou, embora a origem e a procedência dos escravos não tenham sido registradas nem esclarecidas.

Em suas memórias, D'Alincourt (2006) registrou importantes dados censitários sobre o então julgado de Meia Ponte que, em 1816, possuía uma população de 6.133 habitantes, categorizada em homens brancos, pardos e pretos (*sic.*) casados e solteiros, mulheres brancas, pardas e pretas (*sic.*) casadas e solteiras e escravos e escravas, nesta ordem, o que é um nítido reflexo da hierarquia social daquele tempo histórico. Os dados registrados por D'Alincourt (2006) apontam que a comunidade meiapontense era composta por 1.769 homens livres, 2.082 mulheres livres, 1.356 escravos e 926 escravas, ou seja, 62,79% da população era livre enquanto 37,21% era escrava. Entretanto, uma análise mais aprofundada mostra que Meia Ponte era uma cidade na qual 42% da população livre não era branca, número que cresce para 79,33% ao se inserir os escravos e as escravas:



Franco (1878) e Jayme (1943) afirmam que em sua época áurea o *Engenho de São Joaquim* possuía quase 200 escravos. Dados do Inventário de Joaquim Alves de Oliveira que se encontram no Arquivo Cartorial de Família de Pirenópolis revelam que em 1854 o Engenho possuía 106 escravos¹⁰, sendo que é “[...] possível que esse número tenha sido superior entre as décadas de 1810 e 1830, quando o engenho estava no auge da sua atividade” (SOUZA, 2011, p. 84). Outro inventário, datado de 1864, registra ali 72 escravos, número que cai para 51 pessoas poucos anos depois, quando as transferências de bens entre os herdeiros do Comendador já tinham sido realizadas.

Após um relato minucioso das edificações que ali se encontravam, ao descrever o cotidiano do *Engenho de São Joaquim*, Saint-Hilaire (1937, p. 182) diz que “para se fazer compreender, o comandante de meia Ponte podia contentar-se em dar uma palavra ou fazer um gesto. No meio de cem escravos não se ouvia um só grito [...] por toda parte o silêncio, a ordem e uma espécie de tranquilidade [...]”. O expedicionário francês narra ainda que a conduta de Joaquim Alves de Oliveira com os seus escravos incluía farta alimentação, vestimentas convenientes, cuidados com os enfermos e ocupação total do tempo, a fim de afastá-los da ociosidade. Anualmente o Comendador casava alguns escravizados, e as mães só iam trabalhar nas plantações quando os seus bebês já tinham idade suficiente para ficar com uma cuidadora, que se encarregava de olhar as demais crianças nascidas nas senzalas. Saint-Hilaire (1927) relata que nas senzalas existiam pavilhões dos casados e dos não-casados que, no seu entendimento, eram celibatários. A respeito do assunto, o padre Virgílio Martins de Mello Franco (1878, p. 64) também registrou as suas impressões:

Alli, tudo era previsto e determinado; o serviço dos escravos era distribuído com tanto *systema* e regularidade, que se fazia em silêncio e com admirável exactidão; não pareciam homens, porém molas vivas que obedeciam a invariáveis leis. Era o complicado mecanismo de um relógio posto em movimento. Alli, tinha Joaquim Alves quase duzentos escravos, de ambos os sexos, idade e estado.

Aos domingos, os escravizados não trabalhavam no *Engenho de São Joaquim*. Contudo, esse dia era dotado de proibições – como a de caçar ouro – e ocupado com o cultivo de terras que o Comendador reservava para que os escravos tivessem a sua própria plantação de algodão, moeda que podia ser trocada no armazém da propriedade por objetos que eram de

¹⁰ Souza (2011, p. 84) sustenta que “[...] as comunidades escravas que aí viveram em meados do século XIX eram compostas majoritariamente por escravos nascidos no Brasil e do sexo masculino. Os africanos tinham idade igual ou superior a 70 anos e foram, possivelmente, adquiridos no período de formação inicial do plantel, no começo da ocupação do engenho”.

seu interesse. Com isso, na interpretação do viajante francês, Joaquim Alves de Oliveira “[...] afastava dos seus homens a tentação do roubo; incitava-os ao trabalho, dando-lhes grande interesse em cultivar, tornava-os apegados à terra e ao senhor, e, ao mesmo tempo, aumentava os produtos do solo” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 183).

D’Alincourt (2006) registrou as suas impressões sobre o cultivo do algodão pelas pessoas escravizadas do *Engenho de São Joaquim* em seu dia de folga. Para ele (2006, p. 64), o Comendador – a quem se refere como Tenente-Coronel – valorizava e acreditava tanto na potencialidade do algodão que praticava as plantações até “[...] com os seus próprios escravos, a quem proíbe a mineração, a que é muito oposto, mostrando-lhes o lucro do seu trabalho nos dias de folga, com prontos pagamentos”.

A partir dos relatos de Saint-Hilaire (1937) e D’Alincourt (2006), bem como da “paisagem social” do *Engenho de São Joaquim* analisada por Souza (2007), é possível perceber que o Comendador desenvolveu diversos mecanismos de domínio da vida dos escravizados, tal como a proibição às atividades de mineração e o controle do tempo, o que se estende inclusive à arquitetura da fazenda: da varanda da casa grande, podia-se observar tudo o que acontecia nas instalações de produção, no terreiro e nas senzalas, que, ao contrário do costume local, não foram construídas em agrupamentos de pequenas cabanas, o que conferia maior individualidade aos escravos, e sim em pavilhões em frente à sede para que a vigilância fosse facilitada.

A imagem a seguir (Figura 2), uma vista aérea da propriedade, auxilia na percepção das instalações. A seta da esquerda indica a localização da casa grande, hoje sede da Fazenda Babilônia, enquanto a da direita assinala o lugar onde foram construídos o terreiro e as antigas senzalas.

Figura 2 - Vista aérea contemporânea da Fazenda Babilônia



Fonte: Acervo pessoal de Telma Lopes Machado (SOUZA, 2007, p. 62).

Por meio desta imagem, é possível perceber que não existem superfícies construídas remanescentes das senzalas ou mesmo do *Engenho de São Joaquim*. Porém, numa análise combinada de fontes documentais e arqueológicas, Souza (2011, p. 85, grifo do autor) concluiu que “[...] as senzalas eram formadas por dois longos pavilhões com dimensões aproximadas de 150 e 50 metros, formando um ‘L’ invertido defronte à sede e organizados em torno de um pátio central”. A partir de relatos datados do início do século XX, o pesquisador afirma ainda que “[...] os pavilhões eram divididos em cubículos com uma porta e uma janela. Considerando que a profundidade dos dois edifícios era de cinco metros, é possível que eles fossem divididos em cubículos de 5,0 x 5,0 metros” (SOUZA, 2011, p. 86).

É importante frisar que esse modelo de senzala em pavilhões favorecia apenas ao senhor de engenho, jamais aos escravizados, que contavam com raras áreas de circulação e viviam em constante supervisão visual. Além disso, Souza (2011) enfatiza que, ao contrário do que ocorria nas senzalas edificadas em conjuntos de habitações, nos pavilhões os escravos não podiam escolher nem a forma nem a aparência de onde iam morar, ou mesmo as técnicas ou materiais empregados em suas habitações. Nos pavilhões, sob os olhares atentos dos senhores e de seus feitores, os escravos tinham poucas chances de escapar das imposições controladoras do local, porque ali não havia pontos cegos, o que também diminuía a perspectiva de construir pequenos domínios privativos de afirmações cotidianas e até



mesmo existenciais. Ainda segundo Souza (2011, p. 86):

Esse quadro exemplifica uma situação comum em plantéis mantidos por escravocratas como Joaquim Alves. Ao mesmo tempo em que homens como Alves promoviam melhores condições de vida aos seus escravos, aumentavam o controle sobre eles, incluindo a supervisão do seu trabalho e das atividades cotidianas a partir do seu local de habitação.

Em consequência das práticas do Comendador para com os seus escravos, Costa (1978, p. 58) pontua o uso de um “paternalismo autoritário”. Já Souza (2007, p. 89) defende que, amparado por “[...] concepções filosóficas, políticas e econômicas, incluindo aquelas derivadas do iluminismo”, Joaquim Alves de Oliveira implementou “uma nova escravidão” que, em muitos pontos, divergia das práticas impiedosas e cruéis que se faziam presentes em Goiás. Especificamente, o autor (2007, p. 89) se refere a um conjunto de medidas em relação ao povo escravizado, que incluía “[...] melhores condições de saúde, moradia, alimentação e vestuário”, bem como punições “mais brandas”, estímulo ao casamento e à reprodução, oportunidade de cultivo em roças próprias e geração de pequenos proventos econômicos em benefício pessoal.

Entretanto, partindo-se do princípio de que a escravização é sempre uma prática social que desumaniza pessoas, essa “nova escravidão” objetivava tão somente manter os escravizados vivos e mais saudáveis para construir maiores possibilidades de lucro tanto no que concerne ao que produziam, quanto no que tange à venda de vidas humanas. Portanto, a “nova escravidão” implementada por Joaquim Alves de Oliveira não significou o rompimento com o assujeitamento dos escravizados, cujas existências foram igualmente objetificadas e adquiriram o caráter de mercadoria de outrem. De fato, o que ocorreu foi a ampliação das teias de controle sobre o tempo total da vida dos escravizados do *Engenho de São Joaquim*, o que impedia inclusive a possibilidade de qualquer brecha que não estivesse sob o controle administrativo do Comendador.

Considerações finais

Quando determinada trama histórica não é lida em sua totalidade, as possibilidades de erigir uma síntese mais próxima do real diminuem consideravelmente, e, por conseguinte, o conhecimento produzido é guarnecido por aparências e naturalizações que geram mitos e mitologias. De acordo com Barthes (2001, p. 164), a construção da narrativa mítica não intenciona uma aproximação com a totalidade histórica e suas contradições, já que tem por





finalidade “purificar”, “inocentar” e “naturalizar” atos humanos de acordo com determinados jogos de poder, organizando, assim, “[...] um mundo plano que se ostenta em sua evidencia” e que “[...] cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias”. Isso porque o mito não é uma negação dos eventos e das coisas que ocorrem em determinado tempo histórico: ao contrário disso, é construído precisamente para falar do mundo e dos seus processos, com uma intencionalidade alicerçada em ideologias e em jogos de poder.

Um olhar mais aprofundado da biografia de Joaquim Alves de Oliveira evidencia várias mitificações no que foi escrito, reescrito e reproduzido sobre a sua trajetória existencial, pois quase a totalidade do que se diz a respeito dele advém de uma concepção histórica positivista e linear que reproduz elementos do senso comum e edifica narrativas embaladas por hegemonias e poderes. Na visão de Barbosa (2004, p. 1), essa concepção do fazer histórico “[...] coloca sob foco central os personagens que – através do poder que tinham de deixar registros para a memória – se tornam o centro da própria narrativa”, como é o caso dos discursos construídos acerca do Comendador.

De fato, o Comendador não foi todo o “manancial” de bons exemplos que a ele é atribuído, tendo ele mesmo criado mitos a seu próprio respeito, a começar por seus pais biológicos que, como dito, foram por ele declarados em testamento como sendo Domingos Alves de Campos e Páscoa Pinto de Oliveira. Em um documento biográfico redigido pelo Padre Virgílio Martins de Mello Franco (1878), que, de acordo com o autor, foi escrito a partir do testamento, do inventário e de uma necrologia lida por Hermano Domingues do Couto, juiz de direito de Meia Ponte na ocasião do falecimento de Joaquim Alves de Oliveira, bem como através de depoimentos de pessoas “fidedignas”, tal como Joaquim da Costa Teixeira, genro do Comendador, é possível perceber tais contradições:

[...] dizem muitos ser elle antes filho natural de um portuguez de nome Francisco Pereira da Silva, residente em Lavrinhas, perto de Pilar, *homem abastado, que muito o auxiliou em sua carreira commercial*; que fôra exposto, pelo que aquelles que elle reconhecia como Paes legítimos, o tomaram como filho adoptivo. Em abono dessa asserção, argumentam com a diferença physionomica, e a nenhuma semelhança com os seus attribuidos irmãos consangüíneos [...] Não é que fosse de grandes proporções physicas, ao contrario, era de estatura mais que mediana, moreno e descarnado, magro, de olhos vivos e penetrantes (FRANCO, 1878, p. 61-65, grifos nossos).

A revelação de que Joaquim Alves de Oliveira foi adotado por uma família pobre, mas que contou com auxílio financeiro do seu pai biológico em suas atividades comerciais, ajuda a





entender como, no ano de 1792, um jovem órfão de 22 anos de idade desprovido de recursos financeiros saiu do interior de Goiás e fez fortuna no Rio de Janeiro, além de também ser uma possível explicação de como, poucos anos depois, esse mesmo jovem adquiriu a maior fazenda da Província de Goiás, que também se tornou a mais lucrativa.

Ao que parece, este não é o primeiro questionamento acerca do modo como o Comendador enriqueceu. Costa (1978, p. 47, grifo da autora), por exemplo, afirma que em Pirenópolis circulam inúmeras lendas que dizem que Joaquim Alves de Oliveira teria enriquecido porque encontrou um tesouro no Arraial, o que “não parece de todo inviável” já que naquela região, “até há bem pouco, eram ricos os *descobertos*”.

Dito isso, é possível pontuar que a imagem de “mensageiro do novo” que foi – e ainda é – atribuída a Joaquim Alves de Oliveira despontou também por meio dos investimentos que ele fez no setor agropecuário, em detrimento das atividades de mineração, bem como na importação de produtos manufaturados e novas tecnologias, incluindo a oficina tipográfica que possibilitou a circulação dos primeiros impressos em Goiás e Centro-Oeste. Contudo, muito do que o Comendador conquistou adveio da exploração da mão de obra escrava e, possivelmente, da produção e da comercialização de pessoas no *Engenho de São Joaquim*.

Num plano geral, resguardada a historicidade da sua existência, o vanguardismo do homem que sempre esteve “à frente do seu tempo” colapsa com condutas conservadoras que foram incapazes de romper com práticas patriarcais e subjugadoras de outras vidas, seja dos seus próprios descendentes ou mesmo escravos e escravas, já que, assumidamente escravagista, jamais questionou o estatuto da escravidão ou mesmo alforriou alguém, tampouco aliou-se aos “liberais radicais” que defendiam o fim do Constitucionalismo Monárquico para que outra forma de governo fosse implementada no Brasil e em Goiás. Além disso, a benevolência e as virtudes morais, qualidades recorrentemente atribuídas ao Comendador, contradizem com comportamentos “questionáveis” aos padrões da moral e dos bons costumes do seu tempo vivido – ao contrário do que afirma a literatura do século XX que o biografava e do que as obras ligadas à História da Imprensa em Goiás encobrem e silenciam.



Referências

- BARBOSA, Marialva Carlos. Como escrever uma história da imprensa? *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais [...]** São Paulo: Alcar, 2004, p. 1-11. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1/Como%20escrever%20uma%20historia%20da%20imprensa.doc>. Acesso em: 04 set. 2018.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- COSTA, Lena Castello Branco Ferreira da. **Arraial e coronel**: dois estudos de história social. São Paulo: Cultrix, 1978.
- D'ALINCOURT, Luís. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.
- FRANCO, Virgílio Martins de Mello. **O Comendador Joaquim Alves de Oliveira**. Meia Ponte: s.n., 1878.
- GALLI, Ubirajara. Comendador Joaquim Alves de Oliveira: memória curta para um grande vulto da nossa história. *In*: CRUZ, Mauro. **Pirenópolis.tur.br**: o portal de turismo de Pirenópolis. Pirenópolis, [1998?]. Disponível em: <https://pirenopolis.tur.br/cultura/biografias/joaquim-alves>. Acesso em: 06 set. 2018.
- JAYME, Jarbas. **Cinco vultos meiapontenses**: ensaios biográficos. São Paulo: Biblioteca Genealógica Brasileira, 1943.
- JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis**. Goiânia: Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1971.
- LOBO, José. **Contribuição à história da imprensa Goiana**. Reedição. Goiânia: Naves Ltda, Editora UFG, 2017.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 143-167.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 3**: o tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz**: tomo segundo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.



SOUZA, Marcos André Torres de. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. **Vestígios: Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 1, p. 61-92, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11932>. Acesso em: 02 set. 2018.

SOUZA, Marcos André Torres de. A vida escrava portas adentro: uma incursão as senzalas o Engenho de São Joaquim, Goiás, Século XIX. **Revista Maracanan**, v. 7, n. 7, p. 83-109, jan./dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12895>. Acesso em: 06 set. 2018.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 51-61.

TELES, José Mendonça. **A imprensa matutina**. Goiânia: CERNE, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

Submetido em 17.07.2019

Aprovado em 01.10.2020

